



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

JUSTIÇA SEM FRONTEIRAS

CIDADANIA GLOBAL E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL



EDITORIAL

Este é o editorial de lançamento do Boletim Informativo Justiça sem Fronteiras: Cidadania Global e Cooperação Jurídica Internacional, da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça.

Justiça sem Fronteiras é um boletim eletrônico mensal, que tem por objetivo principal divulgar as atividades desempenhadas pela Secretaria Nacional de Justiça, órgão responsável atualmente por articular as políticas públicas de Migração e Refúgio, enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, combate à Lavagem de Dinheiro, repatriação de Ativos Ilícitos, Cooperação Jurídica Internacional, Classificação Indicativa, titulação de Entidades Sociais, entre outros.

O título do boletim foi escolhido para demonstrar que a efetivação da justiça e dos direitos da cidadania deve transcender eventuais obstáculos que se interponham pelas fronteiras territoriais. Nossa nação está trilhando um caminho persistente no sentido da abertura e do respeito entre os povos, de modo que devemos continuar nos esforçando por garantir aos cidadãos nacionais e estrangeiros a efetividade dos seus direitos humanos – independentemente do local onde estejam.

A SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

A origem da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) remonta à origem do próprio Ministério da Justiça, nos idos de 1821, em que o Ministério foi instituído com o nome de “Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça”. Com a instituição da República, o Ministério passa a ser nomeado como “Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores”, passando ao nome atual pelo Decreto-Lei 200 de 1967.

Com a redemocratização, a Secretaria assume estrutura regimental mais próxima da atual, sendo denominada “Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça”. A partir desse momento, a Secretaria acabou por incubar e desenvolver uma série de políticas públicas que à medida em que tomaram escala se autonomizaram e ganharam institucionalidade própria, como foi o caso das políticas penitenciárias (atual DEPEN), de Direitos Humanos (SDH-PR) e de assuntos judiciais (SRJ). A SNJ é composta por 3 Departamentos, a saber: DEEST, DEJUS e DRCI. Nas próximas páginas serão tratados os temas de competência da Secretaria.

Informativo Mensal - SNJ - Junho de 2012 - Edição nº 01

Secretaria Nacional de
Justiça

Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



1. DEEST

DEPARTAMENTO
DE ESTRANGEIROS

CXVI ENCONTRO DA COMISSÃO TÉCNICA DA REUNIÃO DE MINISTROS DA JUSTIÇA DO MERCOSUL

O CXVI Encontro da Comissão Técnica da Reunião de Ministros da Justiça do MERCOSUL ocorreu no período de 9 a 11 de maio, em Buenos Aires, Argentina, e contou com a presença da Diretora do Departamento de Estrangeiros (DEEST), Izaura Miranda, onde houve a continuação das negociações do estabelecimento do Plano Estratégico da Reunião dos Ministros da Justiça do MERCOSUL e Estados Associados e seu Regulamento; do Projeto de Declaração Conjunta com os Ministros da Educação sobre Tráfico de Pessoas; do Projeto de Declaração sobre Acesso à Justiça; e da Declaração sobre Desarmamento da Sociedade Civil, após análise das conclusões do Seminário Regional sobre o tema; do Projeto de Acordo sobre a Aplicação da Lei Aplicável e Jurisdição Internacional Competente em matéria de Direito Civil; e, por fim, deliberações sobre bens apreendidos e recuperação de ativos fiscais.

Divisão de Naturalização e Nacionalidade

A Divisão de Naturalização e Nacionalidade empreendeu gestões para conceder a naturalização da atleta Gui Lin, que reside no Brasil desde 2005 e irá compor a Delegação brasileira de tênis de mesa nas Olimpíadas de Londres neste ano. O jogador de basquete Larry James Taylor Junior, nascido em Chicago, Estados Unidos, destaque do Bauru no NBB (Novo Basquete Brasil), também teve sua naturalização concedida e é nome certo na convocação da seleção brasileira para a disputa dos jogos olímpicos de Londres.

Alemanha

O Governo da Alemanha apresentou a este Ministério o pedido de prisão preventiva, para fins de extradição, do nacional alemão David Radosavljevic, procurado em vários países em razão da prática do crime de tráfico internacional de entorpecentes. Ressalta-se que o mesmo, em 20 de abril do corrente ano, foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal que decretou, imediatamente, a prisão do nominado, tendo a mesma sido efetivada, no dia subsequente, em São Paulo.



Seminário sobre o Direito dos Migrantes no Brasil

Foi realizado no período de 16 a 18 de maio o “Seminário sobre o Direito dos Migrantes no Brasil: o novo Estatuto do Estrangeiro como uma Lei de Migração”, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, com a presença de várias autoridades federais, especialistas estrangeiros e representantes da sociedade civil. O seminário contou com a presença de 272 participantes e 30 palestrantes. Por reivindicação de várias entidades a atividade será replicada em outras regiões do país.

Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e Extradicação

A V Reunião do Grupo de Trabalho sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e Extradicação, da Reunião de Ministros da Justiça das Américas – REMJA, realizada no Paraguai, no período de 29 a 31 de maio, contou com a presença da Diretora do DEEST, que fez uma apresentação sobre o Mandado MERCOSUL de Captura, e de sua Assessora Audine Romano, que participou do treinamento para utilização do Sistema de Comunicação Eletrônico Seguro (Groove) da Rede Hemisférica de Intercâmbio de Informações para Auxílio Mútuo em Matéria Penal e Extradicação. Esta reunião visou reafirmar a posição do País quanto ao uso de novas formas de tecnologia para garantir maior eficiência e celeridade aos procedimentos.



2. DEJUS DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

CAMPANHA DA CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

O Ministério da Justiça lançou a campanha 'Não se Engane' para alertar os pais sobre a influência que as obras audiovisuais podem ter na formação de crianças e informá-los sobre a classificação indicativa como uma forma de selecionar os programas aos quais os filhos assistem.



Como parte da campanha, dois filmes de animação em toy art estão sendo veiculados, por adesão, por emissoras de TV públicas, privadas e em salas de cinema, além da circulação na internet. Os filmes tratam sobre os temas drogas e violência e mostram como as crianças tendem a repetir o que veem na televisão. Os vídeos estão disponíveis na Internet nos endereços www.mj.gov.br e no <http://blog.justica.gov.br/wordpress/>.

Os critérios da classificação são estabelecidos a partir de pesquisas e de um amplo debate com a sociedade e têm como base a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diferente do trabalho de censura realizado no período da ditadura, ela apenas orienta o público sobre o conteúdo de programas de TV, filmes, DVDs, jogos eletrônicos e jogos de interpretação (RPG), informando as faixas etárias e horários a que não se recomendam. Não há proibição de veiculação nem interferência no conteúdo do que é exibido em nenhuma hipótese.

Rio cria Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

O Rio de Janeiro tem mais um instrumento de combate ao tráfico de pessoas. No dia 07 de maio foi dada posse ao Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Trata-se do oitavo comitê estadual no país, pois já existem comitês nos estados de São Paulo, Pernambuco, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Ceará.

O comitê é composto por 29 entidades, que representam tanto a sociedade civil organizada como órgãos públicos, das esferas estadual, municipal e federal. O Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas do Rio de Janeiro foi instituído pelo Decreto Estadual nº 43.280, de 9 de novembro de 2011.

Novos prazos para entidades sociais prestarem contas

As entidades de Utilidade Pública Federal (UPF), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organizações Estrangeiras (OEs) têm agora novos prazos para realizar a prestação de contas anual ao Ministério da Justiça. Órgãos do governo federal não podem celebrar convênios e contratos de repasse com entidades que não tenham prestado contas, conforme estabelece o Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011. O período para a prestação de contas deverá atender as seguintes datas:

- **até 30 de abril** para as entidades tituladas como UPF;
- **até 31 de maio** para as entidades qualificadas como OSCIPs;
- **de 1º abril a 30 de junho** para as OEs autorizadas a funcionar no país.

O certificado de regularidade tem validade até 30 de setembro do ano seguinte ao de sua liberação. Somente será concedida a certidão à entidade que estiver com as prestações de contas em dia de todos os anos-base desde a sua titulação.

MJ participa de Simpósio Internacional para Tráfico de Pessoas

Nos dias 14 e 15 de maio, o secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, e a diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS), Fernanda dos Anjos, participaram, como palestrante e coordenadora de painel, do Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Goiânia.



3. DRCI DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Lab-LD

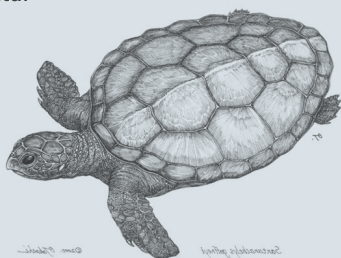
O Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - Lab-LD, fruto da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro), é uma Unidade modelo para aplicação de soluções tecnológicas em grandes volumes de dados. O Lab-LD vem atuando ativamente na replicação de laboratórios de tecnologia contra a lavagem de dinheiro por todo o Brasil.



Os laboratórios são unidades com capacidade de analisar grandes volumes de dados e, em curto espaço de tempo, extrair conhecimento desses dados que possam auxiliar nos processos investigativos conduzidos sobre os casos suspeitos. Além da análise, como foi dito, o objetivo final é formalizar o processo de produção desse conhecimento estratégico, de forma a municiar os órgãos conveniados com o método inovador de investigação de crimes financeiros.

Na luta pela repatriação de ativos

O DRCI está coordenando processo de recuperação do fóssil de 20cm da tartaruga da espécie *Santanachelys Gaffneyi Hirayama*, que se encontra no Japão. O DRCI também está cuidando da repatriação de aproximadamente US\$ 10 milhões bloqueados na Suíça em função de condenação por lavagem de dinheiro e gestão fraudulenta.



SNJ segue capacitando agentes públicos contra a Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Do início do ano até agora, foram realizados 4 edições do Programa Nacional Treinamento de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) e um Seminário sobre a Lavagem de Dinheiro no Tráfico de Drogas, o que permitiu a capacitação de aproximadamente de 900 agentes públicos. Todas as edições contaram com a presença do Diretor do DRCI, Ricardo Saadi.



Lavagem de Dinheiro e Prestação de Alimentos: SNJ lidera foros das Américas

A SNJ, por meio do DRCI, foi designada para a Vice-Presidência do Grupo de Peritos contra a Lavagem de Dinheiro da Organização dos Estados Americanos – LAVEX/OEA, o que lhe garante a Presidência do Grupo no próximo mandato. Atualmente, o LAVEX tem foco no desenvolvimento de sistemas



de gerenciamento de ativos ilícitos cujo perdimento tenha sido decretado pela justiça. Também no âmbito da OEA, a SNJ, representada pelo DRCI, exerce o papel de Coordenadora do Projeto Piloto da Rede de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria de Família e Infância.

ACESSO INTERNACIONAL À PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA

O DRCI criou o Grupo de Trabalho sobre a Convenção da Haia que trata da Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e sobre o Protocolo acerca de Lei Aplicável às Obrigações Alimentares.